



Temática 2: Direito à Informação, Acesso à Informação e Inclusão Social

Acesso Aberto à Informação colaboração e disseminação científica na web

Ligia Patricia Torino

torino@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Emanuelle Torino

emanuelle@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Márcia Regina Paiva

mrpaiva@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir as alterações nos processos de produção e comunicação científica decorrentes dos impactos da filosofia aberta. Para tanto, recorre à literatura para definir os conceitos utilizados, bem como para estabelecer um paralelo entre os procedimentos empregados na concepção e disseminação do conhecimento científico de forma tradicional, e utilizando-se das ferramentas de acesso aberto à informação disponíveis na web. Tal discussão encerra-se ao elencar os impactos que o movimento de acesso aberto à informação científica trouxe, até a atualidade, aos envolvidos no processo, a saber: autores, editores, pesquisadores, institutos de pesquisa e universidades, unidades de informação e agências de fomento.

Trabalhos técnico-científicos

PALAVRAS-CHAVE: Acesso aberto. Arquivos abertos. Comunicação científica.

1 Introdução

A Era da Informação trouxe consigo a explosão de mídias, tecnologias e sistemas que aceleram a comunicação e a interação entre os indivíduos. O advento do acesso aberto



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

instituiu uma nova era, na qual as informações são multiplicadas e disseminadas de forma rápida e em vários formatos.

Ao passo que, passa a existir um novo paradigma, uma ordem mundial de desenvolvimento e acesso, que pressupõem novas alternativas para a disseminação e o compartilhamento de informação que oportunizam mudanças no formato das publicações tradicionais por meio do movimento de livre acesso à informação científica, que consiste nos conceitos de *open access* (acesso aberto ou livre) e de *open archives* (arquivo aberto ou livre), utilizando-se na maioria dos casos, do *open source* (*software* livre ou de código aberto).

Friedman (2007) afirma que o movimento aberto estabeleceu-se na academia entre pesquisadores e cientistas que, há muito tempo, se reuniam de forma colaborativa (inicialmente em redes privadas e posteriormente pela *web*), com objetivo de debater ideias e conceitos. Contrapondo-se ao modelo capitalista, eles buscavam desenvolver, adaptar e adequar sistemas caracterizados como “abertos”, com o objetivo de obter a aprovação de seus pares e divulgar seu conhecimento de forma irrestrita.

Nesse contexto, o presente estudo pretende discutir as alterações nos processos de produção e comunicação científica decorrentes dos impactos da filosofia aberta.

2 Produção e Comunicação Científica

A produção científica pode ser entendida como o caminho que se inicia na concepção da idéia de pesquisa, contempla todo o processo de investigação, a avaliação por meio da validação pelos pares, a publicação, a disseminação e o aceite dos resultados por parte da comunidade científica, que se dá à medida que é citado. A comunicação científica, por sua vez, permeia todo o processo de produção supracitado de modo informal, enquanto a investigação está em andamento, na troca de informações e experiências entre pesquisadores e, de modo formal, quando o resultado da pesquisa é explicitado e publicado.

Entende-se produção científica como toda aquela publicada em livros e periódicos, sejam eles *on-line* ou impressos, com o objetivo de disseminar os resultados de pesquisas científicas de autores, instituições ou grupos de pesquisa, considerando a quantidade de artigos publicados em periódicos de renome nacional e internacional (LARA, 2006).

Destaca-se que a comunicação científica ocorre por canais formais e informais. Estes são constituídos pelos contatos pessoais, em geral estabelecidos em visitas técnicas e encontros



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

científicos, entre os pesquisadores que compartilham informações sobre uma área de interesse comum, enquanto aqueles consistem na informação registrada em suportes como livros, obras de referências e periódicos. O informal é mais propenso ao compartilhamento de conhecimento tácito, conquanto o formal divulga o conhecimento explícito.

Para Machado (2006), o compartilhamento de ideias, experiências e informações acerca das pesquisas em andamento, bem como o resultado de investigações concluídas e disponibilizadas aos seus pares para a avaliação e validação objetivando a construção de um *corpus* de conhecimento, originou a prática da comunicação científica.

No Brasil, a missão de desenvolver ações que oportunizem a geração de novos conhecimentos, por meio de atividades de cunho científico, visando ao desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento tem sido delegada a universidades e institutos de pesquisa, apoiados por agências de fomento. De modo particular, nas universidades, a pesquisa ocorre em função dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que têm como uma das exigências, para fins de avaliação, apresentar à comunidade os resultados de investigações produzidas por pesquisadores do corpo discente e docente, por meio da divulgação do conhecimento produzido. Dessa forma, além ampliar a visibilidade e o fator de impacto, tanto para o programa quanto para o pesquisador, a produção é um dos critérios de análise para a avaliação e atribuição de conceito aos programas.

Indiscutivelmente, as universidades são organizações propícias à produção de conhecimento, tendo em vista que a maioria dos pesquisadores brasileiros atua na docência, o que facilita a comunicação científica e a formação de grupos de indivíduos que desenvolvem pesquisas e compartilham informações sobre determinada área de estudo, explicitando o que sabem a fim de possibilitar inovações e divulgá-las à comunidade científica. Tornar público o trabalho é fator de extrema importância, visto que os resultados obtidos nas pesquisas pertencem a toda a sociedade sem distinção (TARGINO, 2000).

Dessa forma, a comunicação científica é uma das principais ações que visam disseminar a produção intelectual obtida em determinado assunto, a fim de oportunizar acesso às novas informações e, conseqüentemente, a geração de conhecimento. Meadows (1999, p. vii), declara que “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares.” Para Kneller (1980), a principal característica da comunicação científica está na interação entre os pesquisadores, na relação dialógica entre os



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

conhecimentos e os interesses existentes, o que amplia sobremaneira a geração de conhecimento e a capacidade de inovação.

Realizar pesquisa é necessário, divulgá-la é imprescindível. Isso demanda mecanismos que assegurem a criação, a disseminação e o uso do conhecimento científico de forma contínua e legitimada pela comunidade.

Pode-se afirmar que, desde a Antiguidade, buscaram-se ferramentas capazes de armazenar e disseminar o conhecimento de forma permanente e acessível. Fato esse que, somado à necessidade de compartilhamento de informação e experiências entre os pesquisadores, oportunizou que os periódicos científicos se constituíssem na principal estrutura de comunicação científica (WEITZEL, 2006). Os periódicos mostraram-se, dessa forma, propícios à função de publicar resultados de pesquisa em um tempo significativamente menor que os demais canais formais. Para algumas áreas do conhecimento isso é imprescindível, tendo em vista a necessidade do registro de propriedade intelectual, sobretudo em função da agilidade com que as áreas se transformam.

Contudo, há de se pensar que, à medida que ganharam a adesão da comunidade científica e passaram a cumprir seu papel, os periódicos tornaram-se, de certa forma, elitistas, ao privilegiar a camada identificada por Price¹ como a “elite da ciência”. Nessa ótica, Bufrem (2008, p. 39) afirma que “no sistema científico e tecnológico, a publicação é o principal indicador de excelência profissional e um meio para sua avaliação”. Além disso, Mueller (2006) menciona o *status* das publicações periódicas, sustentado pelo sistema de avaliação, como o fator de impacto, culminando, assim, na elitização e hierarquia definida entre as publicações.

Os cenários de produção e comunicação do conhecimento científico, entretanto, sofreram alterações substanciais, em decorrência da velocidade com que as informações são produzidas e disponibilizadas à sociedade diariamente, uma vez que o modelo tradicional de publicação científica começa a mostrar-se lento na comunicação dos resultados e incapaz de divulgar toda a produção existente, deixando de atender, com isso, de forma efetiva, ao propósito para o qual fora criado. Tal problemática amplia-se ao se considerarem os altos custos de produção dos periódicos impressos, que se refletem nos valores das assinaturas praticadas pelos editores, conseqüentemente dificultando a difusão e a visibilidade da produção científica.

¹ PRICE, D. de S. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1965.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Pode-se afirmar, então, que as tecnologias da informação e da comunicação apresentam-se como um facilitador na disseminação da informação, em especial beneficiando as trocas e a validação das informações pela comunidade científica, além de possibilitarem novas alternativas para disseminar a produção científica. A *web* alterou o modo como os pesquisadores produzem e comunicam os resultados de suas investigações, sobretudo pela agilidade e visibilidade que proporciona. Diante disso, o periódico, considerado o principal veículo de divulgação científica, cuja demanda deve-se à necessidade de disseminação rápida de pesquisas, rendeu-se a essa ferramenta.

Soma-se a isso o movimento de acesso aberto à informação científica, que culminou em iniciativas que consistem em modelos alternativos para a comunicação científica, em uma proposta de disseminar conteúdos, ampliando a visibilidade à produção, atendendo à demanda de pesquisa e criando canais diferenciados de acesso à informação, anteriormente privilegiados pelas editoras.

O Brasil, gradativamente, se insere nesse contexto, com a adesão aos periódicos científicos eletrônicos e repositórios de acesso aberto, confirmando a mudança de paradigma no sistema de comunicação científica (MORENO; LEITE; MÁRDERO ARELLANO, 2006). O êxito do movimento de livre acesso à informação científica necessitou da adoção por parte de autores, institutos de pesquisas, universidades e editores. Foi imprescindível, contudo, o aval das agências de fomento, por meio do incentivo às publicações que o adotam, bem como no reconhecimento dessas fontes nas avaliações da produção científica.

Em vista disso, sem a pretensão de esgotar o tema devido a sua amplitude, entende-se que a comunicação científica pode ser vista como “um processo que envolve a construção, comunicação e uso do conhecimento científico para possibilitar a promoção de sua evolução” (WEITZEL, 2006, p. 88).

3 Filosofia Aberta: Acesso Aberto e Arquivos Abertos

Os periódicos consistem, sem dúvida, em uma das mais importantes formas de compartilhamento de conhecimento, comunicação de resultados de pesquisas e estabelecimento de propriedade intelectual. Contudo, é fato que inúmeras barreiras tornaram as publicações periódicas inacessíveis, sobretudo em decorrência do custo, geralmente alto, das assinaturas, distante da realidade financeira de muitas unidades de informação e até



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

mesmo dos pesquisadores, fato esse que culminou na crise dos periódicos. Destaca-se que embora países em desenvolvimento, como o Brasil, já enfrentassem essa dificuldade, a crise aconteceu de fato, quando o problema atingiu as universidades norte-americanas.

Mueller (2006, p. 31) afirma que “a aparente estabilidade de que gozava o sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980, que já vinha se anunciando desde a década de 1970”.

Costa (2006) corrobora essa afirmação, ao expor que toda a discussão do acesso aberto embasa-se em duas questões: a reação dos pesquisadores (autores) diante da característica comercial adotada pelas principais editoras de periódicos científicos e, em decorrência disso, a visão de que as pesquisas publicadas por tais editoras são, em grande parte, financiadas com recursos públicos e, portanto, devem estar publicamente disponíveis.

Dessa forma, têm-se os primeiros movimentos que sustentam a iniciativa de que todo resultado de pesquisa financiada com recursos públicos seja depositado em sistemas de livre acesso – o que alterou sobremaneira a comunicação científica, motivando cientistas e pesquisadores a desenvolverem estratégias a fim de promover o acesso livre, utilizando-se de ferramentas *web* para responder à demanda existente no que tange à ampliação de acesso e disseminação dos resultados das pesquisas científicas (KURAMOTO, 2008).

A década de 1990 apresenta as primeiras iniciativas de acesso livre à informação, momento esse em que os primeiros periódicos eletrônicos começam a surgir. Paul Ginsparg, em 1991, implantou um sistema eletrônico (ArXiv) que permitiu uma das primeiras iniciativas na filosofia de acesso aberto, no intuito de que pesquisadores da área de física e demais áreas interessadas, enviassem seus estudos para um repositório central, que pudesse permitir acesso a outros pesquisadores. De acordo com Mueller (2006, p.31), “na maioria dos casos tais trabalhos não haviam sido avaliados [...], os autores enviavam seus *preprints* para o Laboratório Nacional de Los Alamos ao mesmo tempo em que submetiam às editoras”.

Foi a Convenção de Santa Fé, porém, realizada no Novo México em 1999, que estabeleceu os princípios básicos da nova filosofia para a publicação científica. Os mais importantes princípios estabelecidos foram: o autoarquivamento, que consiste no depósito da produção científica pelo próprio autor ou seu representante; a definição de um número mínimo de metadados e sua integração com mecanismos de comunicação já existentes no meio científico; a transparência das críticas e sugestões provenientes do processo de revisão por pares, sobre os documentos depositados nos repositórios (TRISKA; CAFÉ, 2001).



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Segundo Alves (2008) os *open archives* constituem-se numa interface que, por meio de mecanismos técnicos organizados, possibilita a interoperabilidade entre as máquinas que mantêm repositórios de dados, visando disponibilizar ampla e livremente o conhecimento científico já validado, criando assim um modelo inovador de comunicação científica. Já o conceito de acesso aberto, na concepção de Costa (2008, p. 215), tem sido amplamente discutido, tornando-se “consensualmente definido como o acesso à literatura que é digital, *online*, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de *copyright* e licenças de uso”.

Destaca-se no apoio ao movimento de acesso livre a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI)², que ocorreu no ano de 2002. Seu objetivo consistia em “acelerar o progresso do esforço internacional de tornar artigos de pesquisa em todos os campos acadêmicos livremente disponíveis na internet” e definia duas estratégias baseadas na iniciativa de arquivos abertos e no protocolo de coleta de metadados OAI-PMH (*Open Archive Initiative-Protocol for Metadata Harvesting*), modelo baseado em padrões nacionais e internacionais de interoperabilidade. Na visão de Márdero Arellano, Caregnato e Ferreira (2005), o protocolo OAI-PMH estimula o acesso aberto, por meio da disseminação da produção científica para acesso global e irrestrito, alinhando-se ao movimento de arquivos abertos e de livre acesso à informação e ao conhecimento em ciências e humanidades.

A primeira estratégia, conhecida como via verde, compreende o auto-arquivamento, em repositórios digitais, de artigos de periódicos publicados ou aceitos para a publicação em periódicos especializados. E a segunda, a via dourada, consiste na publicação de periódicos eletrônicos em ambientes de acesso aberto. Nesse sentido, Kuramoto (2008) destaca que a via dourada, consiste no movimento para que os periódicos publiquem seus artigos em acesso livre, enquanto a via verde está atrelada à implantação de repositórios institucionais por instituições de ensino e pesquisa, incitadas a estabelecer uma política com o preceito de que toda a produção científica de seus pesquisadores sejam auto-arquivadas, tão logo devidamente validadas.

Posteriormente, no ano de 2003, a *Bethesda Statement on Open Access Publishing*³ definiu que as publicações de acesso aberto deveriam assegurar aos usuários que: os autores e detentores de direito autoral cedam, a todos os utilizadores, direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos; licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir os

² <http://www.soros.org/openaccess>

³ <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

trabalhos publicamente, bem como elaborar e distribuir trabalhos derivados em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal. Uma versão completa do trabalho publicado, assim como de todo material suplementar, incluindo uma cópia da permissão citada na primeira condição, em formato eletrônico apropriado, deve ser depositada, imediatamente, após a publicação inicial em, pelo menos, um repositório *online* vinculado a uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra instituição bem estabelecida que busque permitir o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento em longo prazo. A declaração de *Bethesda* apresentou, ainda, princípios visando envolver agências de fomento, cientistas, editores, bibliotecários e leitores na tentativa de acelerar a transição à publicação.

A *Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*⁴, também de 2003, resultou na conhecida Declaração de Berlim, que compreende a Internet como um instrumento funcional para uma base global de conhecimento científico e especifica medidas que formuladores de políticas, instituições de pesquisa, agências de fomento, bibliotecas e museus precisam considerar. O referido documento declara-se consonante aos movimentos anteriores ao endossar alterações significativas às práticas de publicação científica, contudo, integra-se ao *European Cultural Heritage Online*, e agrega ao contexto do acesso aberto o patrimônio cultural, visando implementar um núcleo permanente para garantir o livre acesso ao patrimônio cultural na Europeu.

Motivado pela Declaração de Berlim, o Brasil lança, em 2005, o Manifesto Brasileiro em Favor do Acesso Aberto⁵, documento que antecedeu outras iniciativas ocorridas no cenário nacional no mesmo ano: Declaração de Salvador, Declaração de Florianópolis e Carta de São Paulo.

Ulteriormente, em 2006, os participantes do Encontro Aberto “Acesso à Informação Científica: aspectos políticos, tecnológicos e diferenças disciplinares”, por meio de seus representantes, elaboraram a Carta aberta à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁶, na qual solicitam que órgãos governamentais atuantes na área de ciência e tecnologia, bem como agências de fomento se integrem no intuito de: sensibilizar os dirigentes das instituições quanto à importância do acesso livre à informação científica;

⁴ <http://oa.mpg.de/index.html>

⁵ <http://www.ibict.br/noticia.php?page=23&id=142>

⁶ <http://kuramoto.blog.br/2006/07/24/carta-aberta-a-sbpc/>



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

promover as ações preconizadas pelo movimento brasileiro de acesso aberto à informação científica; apoiar a construção de repositórios digitais com vistas ao registro e à disseminação da produção científica das instituições brasileiras de ensino superior e de pesquisa; ampliar as fontes de informação existentes nas bibliotecas das IES, em apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, além da pesquisa.

Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)⁷, “o Brasil caminha a passos largos para estabelecer uma sociedade do conhecimento com acesso totalmente livre e gratuito à informação científica”.

4 Considerações Finais

Destaca-se que, muito embora a filosofia aberta apresente pontos extremamente positivos, inicialmente, o movimento não foi bem recebido pela comunidade científica, sobretudo em decorrência do questionamento quanto à legitimidade e ao direito autoral. No que tange aos periódicos científicos, apenas os tradicionais detinham autoridade para a validação do conhecimento científico, sobretudo em função da revisão por pares, colocando em discussão a legalidade das publicações eletrônicas (MUELLER, 2006). Contudo, há de se destacar que os moldes de avaliação de conteúdos a serem publicados já estavam fundamentados e a filosofia aberta não demonstrava interesse em alterá-los.

A esse respeito, Costa (2006) afirma que “a filosofia aberta tende a se constituir no fundamento inexorável da comunicação científica daqui por diante. Sua adoção tende, no entanto, [...] a se constituir em uma questão de tempo”. Acredita-se que, nos últimos anos, os benefícios decorrentes do movimento foram percebidos por autores, instituições, agências de fomento, bibliotecas e pesquisadores que, continuamente, aderem e colaboram no fortalecimento do movimento, que parece ter de fato se constituído e alterado definitivamente a forma de comunicar os resultados.

No que tange aos impactos causados pela adesão ao movimento de livre acesso à informação científica, percebe-se que foram positivos para as unidades de informação, especialmente no que concerne ao acesso e uso das fontes de forma livre e gratuita, racionalizando os recursos financeiros e físicos, tão escassos para a maioria. Quanto aos periódicos, a adesão à filosofia aberta ampliou a visibilidade, perceptível na quantidade de acessos aos artigos publicados e

⁷ <http://www.ibict.br/noticia.php?id=596>



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

na demanda de submissão de *pre-prints* para a avaliação, além de propiciar significativa redução nos custos de produção. A viabilidade torna-se clara pela crescente disponibilização de publicações em acesso aberto.

Os pesquisadores exercem indubitavelmente função primordial, pois enquanto produzem, também compartilham e consomem informações científicas, num ciclo ininterrupto e inesgotável. Assim, quando leitores, são beneficiados pelo acesso livre de custos e da necessidade de deslocamento para a satisfação de suas necessidades de pesquisa e, quando autores, pela ampla visibilidade proporcionada pela adesão ao movimento, capaz de influenciar diretamente o índice de citação e fator de impacto. Instituições e agências de fomento são beneficiadas pelo conjunto anteriormente apresentado, além de cumprirem o seu papel de disseminar amplamente o resultado das investigações por elas mantidas e financiadas. Além disso, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) indica a aceitação e a necessidade da organização do conhecimento científico em repositórios institucionais ou bibliotecas digitais, a fim de ampliar desenvolver a visibilidade da instituição tanto no país quanto fora dele.

Para a comunicação científica informal, o advento da informação aberta instituiu uma nova era, na qual as informações são multiplicadas e disseminadas de forma rápida, em vários formatos, dentre os quais podem-se citar as redes sociais, ferramentas *wiki*, *blogs* e *sites* pessoais, utilizados para estabelecer novos meios de compartilhamento de informações científicas na *web*.

Em suma, é possível afirmar que houve um impacto demasiadamente positivo com o movimento de livre acesso à informação científica, permitindo que o conhecimento seja disseminado, transformando de forma ímpar a colaboração entre os pesquisadores que compõem a comunidade científica. Além disso, percebe-se que todas as iniciativas em favor do movimento, aos poucos, ocupam espaço no cotidiano das organizações acadêmicas e de pesquisa, modificando sobremaneira sua visibilidade e acesso à produção científica.

Open Access to Information Scientific Collaboration and Dissemination on the Web

ABSTRACT: The present study aims to discuss the changes in processes of production and scientific communication arising from the impacts of Open Philosophy. For so, it seeks in the literature the definition of used concepts in order to establish a parallel among the procedures employed in the conception and dissemination of scientific knowledge on the traditional way and those which use



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

tools of open access to information available on the web. This discussion is concluded by listing the impacts that the open access movement to scientific information have currently brought to those involved in the process, namely, authors, publishers, researchers, research institutes and universities, information units and funding agencies.

KEYWORDS: Open Access. Open Files. Scientific Communication.

Referências

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada? **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 127-137, ago. /set. 2008. Disponível em:
<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 8 jan. 2009.

BUFREM, L. S. Práticas de organização e divulgação da produção intelectual em ciência da informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 36-53, jan./jul. 2008. Número especial. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewPDFInterstitial/1827/1591>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

COSTA, S. M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/827/669>>. Acesso em 20 jun. 2009.

_____. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 213-227, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/281>>. Acesso em: 21 maio 2009.

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano**. São Paulo: Objetiva, 2007.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KURAMOTO, H. Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO, 1., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008. p. 4-7.

LARA, M. L. G. de (Org.). Termos e conceitos da área de comunicação e produção científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**, São Paulo: Angellara, 2006. p. 387-414.

MACHADO, M. M. **Open Archives: panorama dos repositórios**. 2006. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. M.; CAREGNATO, S. E.; FERREIRA, S. M. S. P. Editoração eletrônica de revistas científicas com suporte do protocolo OAI. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann e Autores, 2005. p. 195-229.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,
Documentação e Ciência da Informação**
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

MEADOWS, A J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORENO, F. P.; LEITE, F. L.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan./abr. 2006. Disponível em:
<<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/447/258>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/826/668>>. Acesso em: 02 maio 2009.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2000. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 02 maio 2009.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/207/184>>. Acesso em 18 jun. 2009.

WEITZEL, S. da R. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 81-114.